



NAÇÕES UNIDAS
Escritório contra Drogas e Crime

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO SOBRE O

Projeto de Criação de Conselhos de Segurança Escolar

Uma parceria entre:

**Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Secretaria de Educação do Distrito Federal
Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal**

Brasília – DF

Julho de 2005

Avaliadora

Teresinha Cristina Reis Pinto

ÍNDICE

SUMÁRIO EXECUTIVO.....	3
1. INTRODUÇÃO.....	5
1.1 - Conceito e Desenho do Projeto.....	5
1.2 - Histórico.....	5
2. IMPLEMENTAÇÃO.....	7
3. RESULTADOS.....	10
4. LIÇÕES APRENDIDAS.....	10
5. RECOMENDAÇÕES.....	12
ANEXO I.....	13
BIBLIOGRAFIA.....	13
ANEXO II.....	14
CURRICULUM VITAE.....	14

SUMÁRIO EXECUTIVO

Objetivos do projeto "Criação de Conselhos de Segurança Escolar":

- Diminuir o número de ocorrências de situações de violência no cotidiano escolar
- Promover o enfrentamento das situações de violência via resolução coletiva e no âmbito pedagógico

Metodologia do Projeto:

Criação de Conselhos de Segurança Escolar nas unidades escolares envolvidas no projeto piloto com a participação dos segmentos da comunidade escolar em sua composição.

Metodologia da Missão de Avaliação:

Foram realizadas entrevistas pessoais, por E-mail e telefone, com membros do Ministério Público, equipes técnicas das escolas, policiais militares e visitas "in lócus" em quatro das cinco unidades.

Número de Unidades educacionais envolvidas:

cinco(5)

Parceiros:

Secretaria de Segurança do Distrito Federal, Polícia Militar e Civil, Ministério público do Distrito Federal, Secretaria de Educação do Distrito Federal e UNODC.

Principais verificações e conclusões da avaliação:

- Houve respeito pela natureza e "modus operandis" das unidades escolares na implantação e implementação do projeto.
- As relações entre comunidade escolar e seu "entorno" foram qualificadas e estreitadas no sentido do "cuidar do que é seu", da apropriação do espaço escolar como um espaço coletivo.
- Foi observado um aumento de confiança na justiça e mesmo da polícia na resolução de conflitos dentro e fora da escola.
- O aspecto físico da escola o seu espaço para o acontecimento de atividades é fundamental para o sucesso dos objetivos do trabalho e, é também a maior lacuna observada durante essa avaliação.
- O parceiro mais ausente e ao mesmo tempo mais importante na resolução de

problemas da ordem dos colocados no parágrafo anterior é a Secretaria de Educação do Distrito Federal (GDF).

- Essa ausência ou omissão leva a que os membros das unidades escolares tenham uma expectativa muito alta sobre o "poder de resolução de problemas" por parte do Conselho de Segurança Escolar como por exemplo: "realizar a reforma que esperamos há um ano e meio"... Essa "ilusão" com relação ao alcance do grupo pode levar a uma frustração que termine por desconstituir o grupo ou, pior, um retrocesso nos avanços já conseguidos

- Aproximação da "Justiça" da população e desmistificação do papel do Ministério Público que passa de "acusador e regulador moral da sociedade" para Parceiro, apoio, suporte aumentando o grau de autonomia da própria unidade educacional e de seus membros.

1. INTRODUÇÃO

1.1 - Conceito e Desenho do Projeto

O presente projeto foi uma iniciativa do Ministério Público do Distrito Federal com a participação da Secretaria de Educação e Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, motivado pelo grande número de ocorrências de violência dentro do chamado "entorno" das escolas públicas, não só do Plano Piloto como nas cidades satélites.

Baseado na experiência profissional de seus idealizadores principais: os promotores Dr Rubin Lemos e Dra Luisa de Marillac, a experiência da Secretaria de Segurança do DF (Distrito Federal) com os Conselhos Comunitários de Segurança, a Secretariá de Educação do Distrito Federal foi procurada para iniciar um *projeto piloto* em cinco unidades educacionais, sendo uma no Plano Piloto e quatro nas chamadas cidades satélites.



1.2 - Histórico

Criada em 1991, a Comissão de Segurança Escolar do Ministério Público foi composta por promotores e assessoria dos mesmos com o objetivo de verificar como o MP (Ministério público) poderia atuar na questão da violência nas escolas.

Houve então um contato com a Polícia Militar, a Polícia Civil e a Secretaria de Educação do Distrito Federal.

Aconteceram reuniões destas Instituições e os diretores das cinco escolas convidadas: duas em Samambaia, duas em Ceilândia e uma no Plano Piloto e a partir dessas reuniões originou-se a comissão deste projeto.

A primeira ação da Comissão de Segurança Escolar do MPDFT foi a criação de uma cartilha distribuída a escolas públicas do DF e à polícia militar. Nas reuniões com as escolas o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios verificava que nelas o "crime era visto como um problema pedagógico" e as unidades tinham inúmeras queixas

dos procedimentos policiais e em especial, das delegacias de polícia situadas ao seu redor.

Neste ponto, a comissão decidiu aplicar um questionário nas escolas do DF (Distrito Federal) para levantar as situações de violência vividas por elas. A partir da leitura e tabulação destes questionários, se confirmou que o crime era visto pelas escolas como um problema meramente pedagógico, não havendo comunicação com o sistema de justiça.

A elaboração de um relatório com o resultado do questionário, serviu para sensibilização da Secretaria de Estado de Educação e da Secretaria de Segurança Pública quanto à necessidade de um trabalho conjunto.

Desta forma, surgiu a idéia de se criar um projeto para o estabelecimento de Conselhos de Segurança Escolar como espaços privilegiados para refletir e agir sobre este tema junto às comunidades escolares.

Na elaboração do projeto, a comissão pensou em incluir uma escola privada a título de comparação dos resultados. Posteriormente, no entanto, a escola convidada declinou.

O grande papel do MPDFT foi o de articular os segmentos em um espaço de reflexão onde, segundo todos os entrevistados, "foi possível reconhecer o papel de cada pedaço e entender as dificuldades de cada um. Dessa forma ficou mais fácil aceitar as sugestões de cada lado e isso refletiu no comportamento da comunidade (dos pais e principalmente dos alunos)".

Para o MPDFT o aumento de registros de casos em alguns lugares pode significar um aumento da confiança das unidades educacionais no trabalho da polícia para a resolução dos problemas. Os "crimes" denunciados foram justamente aqueles que não são considerados "problema pedagógico". Por outro lado, o MPDFT constata ainda um reduzido número de casos de violência nas escolas, registrados em ocorrências policiais, o que não reflete a realidade escolar.

A formação dos Conselhos ficou a cargo de cada escola, porém seguindo a estrutura de uma portaria da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal que, embora não tenha sido publicada, foi utilizada como parâmetro para a montagem dos conselhos.



O significado da violência varia de escola para escola e, ao longo das entrevistas, percebe-se que varia também para os seus atores principais.

"A questão da violência contra os mais fracos provém do reino animal, onde vale o mais forte, ao menos enquanto ele for mais forte, e se estende até os animais chamados de racionais, nós humanos.

Talvez essa seja a essência da mudança: quem é mais forte hoje, certamente não será amanhã, já que esta é a lei da vida. Além disso, é preciso que haja leis que o protejam. Assim a questão do mais forte passa para segundo plano e aparece o mais inteligente, o mais rico, o mais... Surge também a questão do respeito: tem que respeitar mesmo que seja fraco, mesmo que seja pobre, porque ele é um ser humano, porque tem algum grau de relacionamento com você e assim por diante. Nasce daí uma nova maneira de impor vontades e delimitar territórios.

Mesmo assim a violência esta tão mesclada com nossa maneira de ser que atinge todas as idades e possui todas as formas. As guerras, os assaltos, os baixíssimos salários, as apropriações indébitas de nossos governos, as ofensas em salas de aula, as agressões em casa, os abusos de todos os tipos." (Dora Lorch 2005)

2. IMPLEMENTAÇÃO

Cada unidade escolar constituiu o seu Conselho de Segurança com representação de cada segmento da comunidade escolar, ou seja, direção da escola, professores, servidores, alunos e pais de alunos, além da participação de policiais do batalhão escolar que atendem a escola.

Assim, algumas unidades escolares aproveitaram a estrutura do conselho escolar, ampliando a participação para convidar para as reuniões, delegado de polícia, bombeiros, ONGs locais, associações de bairro e até mesmo Igrejas.

Levando para esse órgão todo tipo de problema, desde disciplina intraclasse, como reforma do prédio, pequenos furtos e agressões, entre outros, os grupos foram aprendendo a respeitar os variados pontos de vista e a encontrar soluções coletivas para essas questões. Também passaram a aprender a refletir sobre as CAUSAS dos problemas e não a aparência da consequência deles.

Sem exceção, todos os entrevistados nas unidades educacionais se referem a esses momentos como *"difícil ficar ouvindo alguém falar se essa pessoa nem freqüente direito a escola". Ou "é complicado esperar o outro falar e quando ele fala não é nada que você concorde e aí a maioria concorda com ele e não com você e no final das contas eles é que estavam certos..."*.

Tais momentos de decisões coletivas parecem ter sido mais difíceis para os diretores que estão acostumados a tomar as decisões praticamente sem consultar ninguém e também arcar com as consequências dessas decisões...

Dessa forma, a própria condução do processo pedagógico e da implementação dos Projetos Pedagógicos de cada unidade foi se transformando, adequando-se e modificando-se de acordo com as decisões e ponderações vindas do espaço dos Conselhos de Segurança.

Numa das escolas, por exemplo, foram criadas as chamadas "salas ambientes" onde cada disciplina tem sua sala, na qual prepara cartazes, os mais diversos materiais de apoio, desde microscópio a pôsteres, livros, trabalhos de alunos a mural de recados.



Neste caso específico essa forma de organizar surgiu da discussão do problema das "na hora de mudar de professor a classe fica uma bagunça, quem chega não consegue dar aula, eles falam muito". Por outro lado a idéia da sala ambiente também encontrou resistências pois alguns achavam que "ia haver muitas conversas e tumultos nos corredores da escola na hora de mudar de sala". No final o argumento de que "andar para mudar de sala poderia baixar a ansiedade do alunos e a sala ambiente era bom para a melhoria das condições de trabalho do professor" acabou vencendo .

Segundo o Presidente do Conselho de Segurança da escola, que é também o professor de Filosofia, todos aderiram de forma muito positiva às salas ambiente e hoje os resultados tanto pedagógicos no processo ensino-aprendizagem como nas questões disciplinares são visíveis: "a escola é outra". Essa escola possui ao fundo um Clube freqüentado pela comunidade que ocupa o espaço da escola, mas é privado. A partir das discussões no conselho, foram escolhidos alguns membros para "negociar com o pessoal do clube a permissão para que as pessoas da comunidade e da comunidade escolar pudessem passar a freqüentar a piscina do clube".

O processo de acomodação de divergências e a capacidade de exercitar argumentos e pontos de vista, de forma a não ser um incômodo ou sofrimento, foi semelhante em todas as unidades pesquisadas e visitadas. Em todas, os educadores se mostraram surpresos com a postura "cooperativa cordata" dos policiais que freqüentavam os Conselhos. É unânime a percepção do papel fundamental na resolução de problemas que essa diversidade de segmentos e pessoas que participam nos Conselhos traz para o funcionamento da escola tanto no aspecto pedagógico como administrativo.

Há também uma enorme expectativa de que o Conselho seja capaz de resolver problemas, em especial os de reforma de equipamento físico. Todos acreditam que a presença do Conselho na unidade educacional seja capaz de atrair patrocínio, pois há descrença na capacidade da Secretaria de Educação de resolver essa ordem ou qualquer outra de problemas levados a seu conhecimento pelas unidades escolares.

A escola 60 em Ceilândia, por exemplo, funciona com outra escola dentro dela há um ano. Mesmo com esse problema, a escola, através do Conselho de Segurança - que ali tem uma enorme participação dos alunos e alunas - conseguiu implantar diversas atividades extra-classe tais como o xadrez e o teatro, com enorme adesão por parte dos alunos e ocupação dos espaços físicos da unidade aos finais de semana.



A busca de alternativas de lazer numa comunidade excluída, onde a unidade escolar e o Posto de Saúde são os únicos equipamentos sociais existentes, levou a criação dessas atividades para os alunos e pais.

De forma geral, todas as unidades escolares aproveitaram o espaço do Conselho de Segurança de forma produtiva e acima de tudo criativa na solução de problemas antigos, tanto disciplinares como atribuídos à marginalidade do "bairro onde estamos" ou o consumo de drogas ilícitas.



A desmistificação do papel do tráfico de drogas no cotidiano escolar, a parceria com órgãos de saúde para aumento do grau de informação sobre a prevenção do uso abusivo de drogas lícitas ou ilícitas, seus efeitos no organismo e a diferenciação entre uso abusivo e dependência, contribuiu para uma melhor evolução das propostas de atividades extra e intra classes oriundas dos Conselhos de Segurança .

3. RESULTADOS

Fortalecimento da gestão democrática do ensino com a ampliação da participação da comunidade em espaços de discussões e tomadas de decisões no cotidiano escolar.

Melhoria das relações interpessoais na escola e conseqüente diminuição de problemas de agressões entre alunos e depredação do espaço físico das unidades educacionais

Estreitamento das relações entre a unidade educacional e outros equipamentos públicos tais como Unidades Básicas de Saúde localizadas em seu entorno.

Aumento do número de registros de ocorrências policiais nos distritos policiais que abrangem a localização das unidades educacionais.

Resignificação do espaço democrático dos grêmios escolares com uma maior participação dos estudantes e inclusão de grupos considerados marginalizados pelos colegas, nas atividades promovidas através de sugestões dos Conselhos de Segurança.



4. LIÇÕES APRENDIDAS

A primeira "Lição Aprendida" é o fortalecimento da autonomia dos atores das escolas envolvidas no Projeto Piloto. O fato de serem "obrigados" a conviver com segmentos afastados do cotidiano da escola e aprender a tolerância pregada por todos para solução dos problemas disciplinares e de violência - mas praticada por quase ninguém - como exercício cotidiano na vivência dos Conselhos de Segurança, trouxe a confiança necessária para viabilizar as propostas que surgiram nas discussões.

O Ministério Público do Distrito Federal conseguiu estabelecer uma relação mais eficaz entre os seus membros e os segmentos envolvidos na garantia da Segurança da população.

O questionário aplicado no início da elaboração do projeto trouxe um conhecimento diferenciado sobre as expectativas da comunidade escolar não só a respeito das funções de cada Instituição - MPDFT, Delegacia de Polícia entre outras - como um maior conhecimento das necessidades dessa população e suas dificuldades no dia a dia.

Esse conhecimento proporcionou diagnóstico situacional que aumentou as possibilidades de articulação com as escolas com sucesso como de fato ocorreu.

Para as escolas, o projeto, além dos resultados acima descritos, trouxe um esclarecimento e aumento no grau de informação com respeito aos direitos constitucionais, aos direitos humanos, à aplicação da legislação vigente, às funções de polícia e principalmente a uma aproximação ímpar com uma Instituição normalmente distante do cotidiano da população como os Ministérios Públicos, incluindo aí a desmistificação da função do MP.

A aproximação do trabalho das equipes de Saúde das unidades educacionais envolvidas no Projeto trouxe um aumento no grau de informação com relação às drogas lícitas e ilícitas bem como um aumento na confiança e capacidade de lidar com situações que envolvem alunos e pais que fazem uso abusivo de algum tipo de droga principalmente o álcool.

Em duas das unidades visitadas há um trabalho específico de prevenção e atendimento a alunos e pais (bem como outros membros da comunidade escolar que necessitem), sobre o uso abusivo de drogas realizado pelas Unidades Básicas de Saúde que estão na área de abrangência destas unidades educacionais. Ambas as unidades afirmam que o número de casos de alunos alcoolizados e de pais com o mesmo problema diminuiu, em média, 30% após a parceria com essas Unidades Básicas de Saúde.

Os pais entrevistados se disseram mais confiantes nos educadores da escola e na possibilidade e capacidade de "educação dos filhos" após as ações empreendidas via Conselho de Segurança. Também reportam diminuição de ocorrência de agressividade entre eles e seus filhos após a participação nas atividades promovidas pelas escolas. Os pais que freqüentam as reuniões dos Conselhos se colocaram a tarefa de atrair para a unidade escolar outros pais e membros da comunidade, utilizando para isso a "sedução" de líderes dessas comunidades tais como pastores, dirigentes de associação de bairros, entre outros, para as reuniões dos Conselhos.

A permanência dos mesmo policiais que atuam nas imediações das escolas propicia a criação de um vínculo maior afetivo e de confiança com a população local e em especial com os membros da comunidade escolar. Essa foi uma das medidas tomadas pela Polícia Militar após a freqüência nas reuniões dos Conselhos de Segurança.

Para os alunos, o fato do Conselho "querer sempre ouvir a gente primeiro" faz com que este seja um espaço privilegiado para o exercício da cidadania, não só deles como também dos outros membros da comunidade escolar que freqüentam essas reuniões.

Embora acreditem (os alunos) que "a escola fica com a parte mais difícil", todos consideram que suas relações e visões da escola mudaram para melhor a partir da freqüência nas reuniões dos Conselhos.

A falta de funcionários e professores interfere, ainda, na concepção do espaço escolar e no aproveitamento que se faz dele. Esse quadro leva a restringir suas atividades apenas ao ensino propriamente dito. Daí a importância dos Conselhos na resignificação e reflexão das possibilidades de aproveitamento desse espaço dentro de tais condições, aparentemente desfavoráveis.

Há que ressaltar, contudo, que, apesar da situação em que se encontram os educadores (durante a pesquisa houve greve com enorme adesão dos educadores dessas escolas, o que demonstra um bom nível de consciência do exercício de sua cidadania) e alunos, a escola ainda é o lugar onde se acredita que as coisas podem ser diferentes. Um grande número de professores, mesmo diante de todos os problemas enfrentados e que afetam a escola e o magistério, acredita na Educação e demonstra preocupação em buscar alternativas para lidar com os problemas cotidianos.

É evidente que as soluções para o enfrentamento de um problema tão complexo e abrangente afetam não somente as bases do funcionamento escolar como também as relações entre Educação e sociedade. Neste sentido, torna-se necessário que o Estado, a sociedade e os educadores se voltem para medidas que tenham a finalidade de valorizar a Educação e o magistério e reforçar o papel da escola. Daí a importância deste Projeto para a discussão e reflexão de alternativas para a resolução de problemas complexos.

5. RECOMENDAÇÕES

- Uma maior aproximação e participação da Secretaria de Educação do Distrito Federal no projeto, permitindo que as demandas do Conselho sejam melhor avaliadas e encaminhadas no sentido da resolução dos seus problemas .
- Criação de uma equipe específica para acompanhar este projeto na Secretaria de Educação do DF .
- Continuidade do projeto com a soma de outros parceiros, que possam viabilizar espaços alternativos para atividades extra-classe como o projeto "Escola Aberta", Universidades e ONGs.
- Abertura de salas de leitura e fortalecimento das existentes com bibliografias sobre o tema e "rodas de conversa" envolvendo os educadores das disciplinas de português.
- Realizar um seminário ou "mostra" dos trabalhos realizados pelas unidades do projeto para que possam trocar experiências e se fortalecerem nesse caminho.
- Este projeto é um modelo que pode ser replicado em todas as escolas públicas do país e em especial, nas dos Estados que já possuem atuações de ocupação dos espaços escolares aos finais de semana ou mesmo conselhos nos bairros onde estão localizadas as unidades educacionais.

ANEXO I

BIBLIOGRAFIA

- 1- Medo Social: da violência visível ao invisível da violência
Luzia Fátima Baiert
Editora Cortez, 2004
- 2- Escola e Violência
Maria da Consolação Lucinda, Maria das Graças e Vera Candéau
DPSA editora, 2004.
- 2- Pedagogia da Esperança
Paulo Freire
Editora Paz e Terra, 1998.
- 3- Ousadia e medo: o cotidiano do professor
Paulo Freire
Editora Paz e Terra 1985
- 4- Violência e Pobreza: a educação dos pobres.
Vera Paiva in Zaluar, A (org)
Livro do Tatu/Cortez 1992
- 5- Consultas à Constituição Federal e Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.